

# 105 Punidos terão 5 dias para recorrer e tentar se livrar das cassações

**Solange Ribeiro**

Os deputados que tiverem seus nomes citados no relatório da CPI do Orçamento, com pedido de cassação de mandato, terão ainda o prazo de cinco dias (cinco sessões plenárias ordinárias), a contar a partir da notificação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para se explicar e tentar escapar da punição. A cassação será decidida no plenário da Câmara, em votação secreta, depois do Carnaval. Após a leitura e votação do relatório, que acontece hoje, a mesa diretora da Câmara encaminha, provavelmente na segunda-feira, a representação contra os parlamentares acusados para a Comissão de Constituição e Justiça.

O atual presidente da Comissão, deputado José Dutra (PMDB-AM), informou que assim que receber a documentação da CPI vai designar cinco advogados dativos para defender os deputados que não tiverem advogados particulares. "Uma defesa desse

tipo não sai por menos de 30 mil dólares (cerca de CR\$ 12 milhões). Não sei se todos os acusados terão esse dinheiro", disse Dutra, que será substituído na presidência da comissão no dia 15, quando vence o seu mandato de um ano. Caberá ao PMDB designar o novo presidente, que vai presidir a votação na comissão.

Mas Dutra terá tempo de designar os relatores. Ele disse que a idéia é escolher um relator para cada quatro deputados. Os relatores também terão o prazo de cinco dias para apresentar o relatório, a partir de sua designação. O deputado acha que um relator para todos os acusados não teria tempo para concluir seu relatório em apenas cinco dias, quando a CPI levou três meses para finalizar seus trabalhos. Após receber a defesa dos deputados, a comissão, segundo Dutra, levará no máximo dois dias para verificar, junto à documentação da CPI do Orçamento, se houve algum equívoco. Os documentos da CPI vão ficar

guardados no gabinete do deputado José Dutra, que vai requerer segurança especial para a sala.

Dutra ainda não definiu os nomes dos relatores, mas adianta que vai evitar os deputados que participaram da CPI. "Não acho aconselhável", disse. Outro problema da comissão é quanto ao partido do relator. "Não posso colocar, por exemplo, um deputado do PMDB para relatar a acusação de outro membro do partido". No caso do PMDB, existem vários parlamentares envolvidos no esquema de corrupção do Orçamento.

Com relação aos 54 integrantes da Comissão, Dutra explicou que os parlamentares poderão ser trocados pelas lideranças dos partidos. O deputado Messias Góes (PFL-SE), que deverá ser citado no relatório da CPI, faz parte da comissão. O relatório sobre quebra de sigilo telefônico aponta mais de 600 ligações de Góes para a empreiteira Queiroz Galvão.